

Câmara Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

- PROJETO DE LEI Nº 15, DE 08 DE MAIO DE 1.979 -

"Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências."

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE BARUERI DECRETA:

Artigo 1º) - É proibido, em todo o território do Município, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente ao Município ou às pessoas jurídicas da Administração Indireta.

Artigo 2º) - É igualmente vedada a inscrição dos nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública Direta ou Indireta.

Artigo 3º) - As proibições constantes desta Lei são aplicáveis às entidades que, a qualquer título, recebem subvenção ou auxílio dos cofres públicos municipais.

Artigo 4º) - A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis a perda do cargo ou função pública que exercerem, e, que no caso do Artigo 3º, a suspensão da subvenção ou auxílio.

Artigo 5º) - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

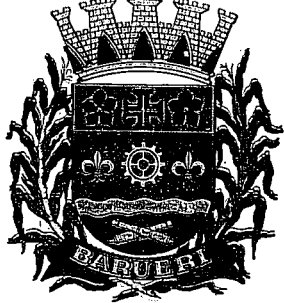
Sala Dr. Diógenes Ribeiro de Lima, 08 de Maio de 1.979.

SEBASTIÃO RODRIGUES NUNES

Vereador

SECRETARIA

Entrada em 08 / 05 / 1979
Reg. n.º 595 L.º 01 / Pág. 81



Câmara Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

PROJ. 127/79

J U S T I F I C A T I V A

O presente Projeto de Lei se faz necessário devido a abusos dos administradores que querem de toda forma projetar seus nomes em obras públicas, as quais são feitas com o dinheiro do povo..

O Governo Federal em 24 de outubro de 1977, sancionou a Lei Nº 6454, proibindo, em todo o território Nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou a pessoas jurídicas da Administração Indireta. Vedou ainda (Artigo 2º), a inscrição de nomes de autoridades e de administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública direta ou indireta. Art.3º - As proibições constantes da citada Lei são aplicáveis as entidades que, a qualquer título, recebam auxílio dos cofres públicos federais. As infrações acarretará aos responsáveis a perda do cargo ou função que exercerem, e, no caso do artigo 3º a suspensão da subvenção ou auxílio.

Como se vê, devemos proceder da mesma forma a fim de evitar que homens públicos aproveitem das obras que é para com o dinheiro do povo fazerem sua campanha pessoal.

Como no caso de Barueri, por este motivo e para dar satisfação ao povo que vem criticando tal avalanche de placas, achamos necessário a aprovação da referida Lei, para moralização pública em nosso Município

Assim sendo, creio estar plenamente justificado esta propositura, Ademais, os municípios vêm ressaltando a necessidade de sanar tal abuso.

Sala Dr. Diógenes Ribeiro de Lima, 08 de Maio de 1.979.

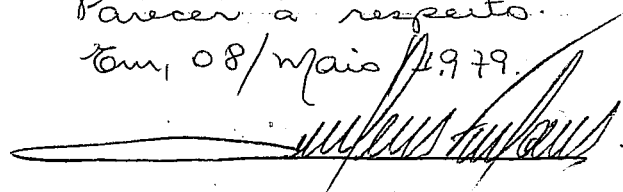

SEBASTIAO RODRIGUES NUNES

Vereador

As Comissões Permanentes
desta base, para emitirem

Parecer à respeito.

Em, 08/maio/1979.



A vista dos Pareceres verbais
contrários das Comissões Per-
manentes desta base, archive-se
o Projeto de Lei em pauta.

Em, 29 de Maio de 1979.

